

## ***DECRETO Nº 3865***

*de 28 de setembro de 2023*

**"Dispõe sobre medidas de limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito da administração direta do Executivo Municipal, relativas ao exercício de 2023."**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e;*

*CONSIDERANDO que as medidas indicadas neste diploma se constituirão de instrumento básico de prevenção do equilíbrio fiscal preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para o estabelecimento de um padrão de gestão responsável;*

*CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de imprimir imediato processo de revisão e de controle dos gastos públicos, sob pena de inviabilizar as ações essenciais e de imprescindível interesse coletivo, conferindo maior transparência em relação à situação fiscal à sociedade;*

*CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº **1.315** de 1º de junho de 2022, que "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023", que previu no art. 16 "verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira";*

*CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade do cumprimento das obrigações assumidas pelo Município através de contratos ou outros termos de ajustes celebrados com terceiros,*  
**DECRETA:**

## *CAPÍTULO I*

### *DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES*

**Art. 1º** *A disponibilidade orçamentária e a movimentação financeira para o exercício de 2023 observará, no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta os critérios estabelecidos neste Decreto.*

#### *Seção I*

##### *Dos Critérios Para Limitação de Empenho*

**Art. 2º** *Em função da insuficiência de recursos no exercício de 2023, decorrente dos reflexos da crise financeira instalada nacionalmente, devem ser revisadas e reajustadas as despesas conforme a estimativa de arrecadação da receita, de forma que as despesas a serem executadas em 2023 não ultrapassem a previsão das receitas.*

#### *Seção II*

##### *Das Medidas a Serem Adotadas*

**Art. 3º** Cabe aos órgãos da Administração Direta e Indireta executar ações visando adequar os gastos às disponibilidades financeiras:

*I - suspensão da prática dos seguintes atos:*

*a) nova concessão de subvenções sociais e contribuições correntes, compreendendo doações e patrocínios para instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos;*

*b) realização de eventos relativos a recepções, homenagens, solenidades, inaugurações e demais eventos pela Administração Pública que demandem a contratação de estrutura e/ou de alimentação para sua efetivação, incluindo a contratação de serviços de coffee-break, exceto aqueles decorrentes de instrumentos legais, subvencionados por verbas vinculadas;*

*c) concessão de licença prêmio em gozo, caso haja necessidade de substituição de servidor, implicando aumento de despesa na folha de pagamento, salvo casos de iminente aposentadoria;*

*d) autorização para novas cessões de servidores do Município para outros entes da Federação e vice-versa, excetuando-se os casos em que o ônus não recaia sobre o Município, ou haja previsão legal diversa que impute o referido ônus ao mesmo, ou no caso de comprovado interesse público;*

*e) a concessão de função gratificada a servidores;*

*f) a criação de cargo, emprego ou função que implique em aumento de despesa;*

*g) a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa no presente exercício financeiro;*

*h) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores e exonerações, bem como contratações advindas de obrigações legais;*

*i) a capacitação de servidores públicos e a participação em cursos,*

*congressos, seminários e similares;*

*II - promover a redução de horas extraordinárias de no mínimo 30% (trinta por cento), no prazo de 6 (seis) meses;*

*III - realizar a revisão de contratos com manutenção do objeto, negociando reajustes, readequando ou extinguindo, ou quando houver viabilidade do mesmo ser executado sem ônus para o Município;*

*IV - redução unilateral dos quantitativos contratados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos contratos de prestação de serviços, nos termos do art. 65, do inciso I, da alínea "b" e do § 1º, da Lei nº **8.666**, de 21 de junho de 1993, desde que assegurada a continuidade dos serviços;*

*V - ajuste dos contratos de terceirização promovendo a separação das despesas com pessoal das demais despesas;*

*VI - redução das despesas corporativas como água, luz, telefone e combustível;*

*VII - redução de no mínimo 30% dos veículos em circulação, bem como promover a redução das despesas com manutenção de automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, devendo as ordens de manutenção serem autorizadas pelo Comitê de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF);*

*VIII - adotar ações de redução de desperdício como: rodagem das viaturas com alto índice de manutenção; manutenção hidráulica e elétrica dos prédios públicos do município; substituição da iluminação pública por lâmpadas de LED;*

*IX - As despesas com diárias e adiantamentos de servidores municipais somente serão efetivadas mediante autorização do Comitê de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF), exceto no caso daquelas com pagamento por meio de recursos vinculados e de motoristas do Fundo Municipal de Saúde, quando se tratar de transporte de pacientes;*

*X - substituir o máximo possível de despesas custeadas com recurso livre por recursos vinculados;*

*XI - adotar ações efetivas para minimizar as despesas e eliminar desperdícios, adotando medidas internas eficazes para o controle e redução das despesas de custeio (material de expediente, consumo, informática, manutenção e conservação);*

*XII - adotar medidas de redução do número de vagas no programa de estágio do Executivo Municipal;*

*XIII - criar novos serviços públicos que venham a acarretar no aumento de despesas, assim como o credenciamento de novos profissionais na área da saúde para especializações não fornecidas anteriormente; e*

*XIII - Promover a readequação das obras públicas afim de evitar desperdícios, promover a redução das despesas, ainda, deverá a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Projetos apresentar um cronograma das medições futuras até dezembro de 2023, de acordo com cada vigência contratual individualizada das obras públicas.*

*Parágrafo único. Deverá ser acompanhado de estudo de impacto orçamentário e financeiro sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, os seguintes atos:*

*I - Todo e qualquer projeto de lei que implique no aumento de despesas*

*futuras;*

*II - Os procedimentos seletivos para a contratação de pessoal temporário;  
e*

*III - A realização de concursos públicos.*

## *CAPÍTULO II*

### *DO MONITORAMENTO*

**Art. 4º** *Fica criado o Comitê de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF), o qual se reunirá semanalmente, para fins de análises e decisões acerca das solicitações de despesas a serem efetuadas pelas Secretarias, exclusivamente sob o enfoque orçamentário e financeiro, a fim de buscar o equilíbrio fiscal.*

*Parágrafo único. O Comitê de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira será composto pelos seguintes membros:*

*I - Coordenador: Secretário(a) Municipal de Finanças e Planejamento;*

*II - Secretário(a) Municipal de Administração; e*

*III - Secretário(a) Municipal de Governo.*

**Art. 5º** *Compete ao Comitê de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira:*

*I - fazer cumprir todas as medidas dispostas neste Decreto para a contenção das despesas, no sentido de equilibrar as contas públicas;*

*II - analisar e deliberar acerca do aumento ou da criação de despesa oriunda de licitação ou decorrente de lei ou ato administrativo normativo;*

*III - avaliar e deliberar acerca de despesas decorrentes de aquisições de bens e serviços constantes de Ata de Registro de Preços;*

*IV - avaliar e deliberar acerca de solicitações de suplementações orçamentárias que impliquem em redução de despesa obrigatória e/ou de caráter continuado para suprir outras despesas, cujo montante a exceder não esteja previsto no orçamento;*

*V - propor conjuntamente novas medidas de controle e contenção de despesas;*

*VI - orientar os gestores dos órgãos municipais sob a possibilidade de redução ou substituição de despesa ou recurso;*

*VII - avaliar e deliberar acerca das despesas decorrentes da aquisição de passagens aéreas e diárias;*

*VIII - acompanhar e controlar os índices constitucionais e legais, principalmente com a educação e a saúde;*

*IX - adotar as providências que se fizerem necessárias para o cumprimento das disposições deste Decreto, decidindo sobre os casos em que houver situação peculiar e recomendar tratamento diferenciado.*

**Art. 6º** *Os ordenadores de despesas serão responsabilizados pelo não cumprimento das obrigações previstas neste Decreto.*

**Art. 7º** *Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Chapadão do Sul - MS, 28 de setembro de 2023.*

*JOÃO CARLOS KRUG* *Prefeito Municipal*

---

*Decreto Nº 3865/2023 - 28 de setembro de 2023*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*